PRÁTICA DOCENTE: UMA ANÁLISE SOBRE A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E SUA INCUMBÊNCIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Luane Gomes de Azevedo
Graduada em Pedagogia (ISEPAM)
Tutora Presencial do Curso de Pedagogia do CEDERJ/UENF
azevedoglua@gmail.com

Maria Luiza da Silva Neves Moraes
Graduada em Direito (UCAM)
marialuizamoraes19@gmail.com

Resumo: A educação como ferramenta de transformação social tende a garantir que os diretos de todos os estudantes sejam efetivados, inclusive dos alunos com deficiência. Nesse caminho, o papel das instituições de ensino se volta para a construção de um ambiente educacional, com profissionais capacitados que assegurem práticas de ensino contextualizadas, que permita a todos os indivíduos seu pleno desenvolvimento, de acordo com sua necessidade. Nesta perspectiva, o presente artigo tem como objetivo analisar o processo de formação docente, tendo em vista a constituição do cenário atual da educação inclusiva, e o que se faz necessário para a sua concretização, mediante aos avanços legislativos e as políticas públicas que asseguram as pessoas com deficiência o acesso a uma educação que seja de qualidade, com base na equidade. Com isso, enfatiza-se a importância de uma sólida formação profissional dos professores para que seja construído uma prática docente que contribua no processo de uma educação mais inclusiva, que leve em consideração a diversidade existente no ambiente educacional, e valorize as especificidades de cada educando. Logo, percebe-se que é através da junção entre teoria e prática que se alicerça o fazer docente, pois só assim o profissional se sentirá mais capacitado para lidar com as adaptações necessárias no processo de escolarização dos indivíduos com deficiência, de modo a extinguir práticas de ensino que não venham reconhecer as potencialidades desses estudantes, e os excluírem do processo de aprendizagem. Assim, a metodologia da pesquisa é de abordagem qualitativa, apresenta análises sobre estudos de diversas obras de autores como Mantoan (2003); Libâneo (2013); Travassos (2003); Pimentel (2012), entre outros autores; e documentos legais pertinentes as formas de atendimento ao estudante com deficiência e a efetivação dos seus direitos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e após a Constituição Federal de 1988 o surgimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); Declaração de Salamanca (1994); Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015. Assim, se tornando possível pensar em uma educação com práticas docentes mais inclusivas.

Palavras-chave:
Políticas Públicas. Formação Docente. Prática Docente. Inclusão